

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3/10	86.289,95	88.378,82
Subsídios à exploração	3/11	719.543,02	770.115,77
Varição nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria empresa			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	(48.563,85)	(39.127,84)
Fornecimentos e serviços externos	15.9	(89.026,62)	(89.534,96)
Gastos com pessoal	13	(483.593,89)	(497.355,42)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.10	14.711,65	14.386,25
Outros gastos e perdas	15.11	(16.693,49)	(7.241,19)
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		182.666,77	239.621,43
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3/6/7	(69.711,78)	(72.347,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112.954,99	167.273,79
Juros e rendimentos similares obtidos	15.12	(14.305,07)	(20.628,49)
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		98.649,92	146.645,30
Imposto sobre o rendimento do período	12		
Resultado líquido do período		98.649,92	146.645,30

BALANÇO

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6	664.392,81	730.743,23
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimentos			
Ativos intangíveis	3/7	9.190,45	8.437,24
Investimentos financeiros			
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
		673.583,26	739.180,47
Ativo corrente			
Inventários	3/9	14.343,17	7.936,53
Clientes	3/15.1		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3/15.6	1.590,45	6.144,04
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
Outras contas a receber	3/15.2	538.267,81	524.726,81
Diferimentos	3/15.3	1.244,72	1.997,13
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3/4	29.695,28	44.663,99
		585.141,43	585.468,50
Total do ativo		1.258.724,69	1.324.648,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15.4	90.826,49	90.826,49
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	15.4	608.002,30	461.357,00
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.4	35.369,33	46.928,57
Resultado líquido do período	12/15.4	98.649,92	146.645,30
Total do fundo de capital		832.848,04	745.757,36
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	3/15.5	97.206,16	102.820,24
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3/15.6	15.384,02	14.991,94
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
Financiamentos obtidos	3/8	124.000,00	282.449,64
Diferimentos	3/15.3		
Outras contas a pagar	3/15.7	189.286,47	178.629,79
Outros passivos financeiros			
		425.876,65	578.891,61
Total do passivo		425.876,65	578.891,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.258.724,69	1.324.648,97

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimento de clientes e utentes	3/15.1	79.883,31	88.378,82
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	3/15.5	(143.204,55)	(147.346,65)
Pagamentos ao pessoal	13	(471.985,70)	(509.962,98)
Caixa gerada pelas operações		(535.306,94)	(568.930,81)
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(12,67)	(12,67)
Outros recebimentos / pagamentos	15.2/15.7	699.046,22	657.360,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		163.726,61	88.417,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	3/6	(3.361,36)	(4.990,58)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(753,21)	(636,19)
Outros ativos			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis			401,29
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	15.12	875,84	43,47
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(3.238,73)	(5.172,01)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	3/8	(158.449,64)	(36.140,00)
Juros e gastos similares	15.12	(17.006,95)	(18.100,93)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(175.456,59)	(54.140,93)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(14.968,71)	29.104,29
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	44.663,99	15.559,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	29.695,28	44.663,99

ANEXO

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação: Fundação Pires Negrão

1.2 Sede: Rua António Silva Bronze, 3060-140 Cantanhede

1.3 NIF: 510160808

1.4 Natureza Jurídica: Entidade sem fins lucrativos, constituída em 28/09/1999 sob a forma de Fundação

1.5 Natureza da Atividade: Apoio a crianças e jovens no âmbito de atividades de acolhimento, educativas, recreativas e desportivas; acolhimento e apoio a idosos e pessoas com deficiências, à família e à integração social e comunitária; promoção e proteção da saúde e bem-estar dos cidadãos; resolução de problemas habitacionais das populações mediante concessão de bens e prestação de serviços.

1.6 CAE Principal: 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, não especificadas

1.7 CAE's Secundários: 88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento; 85100 – Educação Pré-Escolar; 85201 – Ensino básico (1º ciclo); 85202 – Ensino básico (2º ciclo); 85310 – Ensino básico (3º ciclo) e secundário geral.

1.8 Nº médio de pessoas ao serviço: 47

1.9 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março de 2011. Instrumentos Legais da NCRF-ENSL:

Portaria nº. 105/2011, de 14 de Março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº. 106/2011, de 14 de Março – Código de Contas;

Aviso nº.6726 – B/2011 – 14 de Março – NCFR-ESNL;

Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho – SNC.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ENSL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ENSL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF's

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos elementos contabilísticos da FPN, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

- Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. O modelo do custo foi subsequentemente utilizado na mensuração dos ativos fixos tangíveis. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes e em conformidade com as taxas previstas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros foram registadas como gastos no período em que são incorridos.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

- Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

- Subsídios do Governo

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existem garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recebidos.

No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração” do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento. Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica “Outras variações de capital próprio”, sendo subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistémica e racional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com os gastos com eles relacionados. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos no capital próprio.

- Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços é mensurado pela quantia da contraprestação acordada a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- Estado e Outros Entes Públicos

A Fundação Pires Negrão está isenta de imposto sobre o rendimento (IRC), nos termos do nº1 do artigo 10º do CIRC.

- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o “critério do custo”.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros: Clientes e outras contas a receber; Outros ativos financeiros; Caixa e depósitos bancários.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros: Fornecedores e outras dívidas de terceiros; Financiamentos obtidos; Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica; Imparidades dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias de “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros são afetados. As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. E desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

- Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os mesmos são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros, Reservas, Resultados transitados, subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituídos ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- Financiamentos obtidos

A instituição tem empréstimos contratualizados e os custos suportados com os mesmos são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

- Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos utentes são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, estando representadas no balanço no lado do ativo.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outras entidades terceiras são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e estão descritas no balanço no lado do passivo.

- Caixa de depósitos bancários

Os montantes incluídos nestas duas rubricas correspondem aos valores efetivos em caixa e depósitos à ordem à data de 31 de Dezembro de 2019.

3.2 Bases de apresentação das DF's

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Sendo a Fundação Pires Negrão uma Entidade do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços e ao cumprimento dos fins estatutários.

- Consistência

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos clientes com base nas demonstrações financeiras.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

3.3 Outras políticas contabilísticas

Dado que a FPN apresenta várias valências, é importante referir que existe uma enorme preocupação em separar os gastos e rendimentos, através de indicações específicas, de modo a poder analisar cada atividade de forma independente. Os gastos comuns e os gastos de amortização e depreciação são distribuídos de acordo com as seguintes percentagens, para as seguintes valências:

- Creche – 8%
- Jardim-de-infância – 8%
- ATL – 19%
- Contrato Patrocínio 2018/2019 e 2019/2020 – 65%

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição. Aliado ao pressuposto da continuidade estão contemplados os pressupostos da comparabilidade, materialidade e consistência da informação divulgada.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Todo este processo teve por base o melhor conhecimento possível dos eventos e transações em curso, bem como a experiência de situações passadas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos à ordem

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2018	Débito	Crédito	31/12/2019
Caixa	37.037,22	370.443,31	393.921,75	13.558,78
Depósitos à ordem	7.626,77	1.873.783,92	1.865.274,19	16.136,50
- CGD	3.832,41	285.306,88	281.913,08	7.226,21
- CCAM	3.794,36	1.588.477,04	1.583.361,11	8.910,29
Outros instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.663,99	2.244.217,23	2.259.195,94	29.695,28

Tabela 1: Disponibilidades

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No decurso do ano 2019 não se alteraram as políticas e estimativas contabilísticas, nem se identificaram outros erros de relevar.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O ano de 2019 ficou marcado pela realização de investimentos: obras de beneficiação com a aplicação de uma chapa policarbonato alveolar cristal no valor de 2.958,87€ e aquisição de uma máquina de lavar roupa no valor de 402,49€.

Os ativos fixos tangíveis estão reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O cálculo dessas mesmas depreciações efectuou-se através da utilização do método das quotas constantes e, as taxas de depreciação utilizadas, por categoria de ativo, foram as seguintes:

- Edifícios e outras construções – 5% e 10%
- Equipamento básico – 6,66%, 12,50%, 20% e 25%
- Equipamento administrativo – 10%, 12,5%, 20% e 33,33%
- Outros ativos fixos tangíveis – 12,5%, 14,28% e 25%

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro que seguidamente se apresenta:

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Equip. Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	333.566,35	922.939,30	88.122,55	83.964,34	92.595,58	156.050,07	32.805,49	1.710.043,68
	Amortização acumulada	---	(592.090,70)	(86.611,93)	(83.964,34)	(77.131,85)	(139.501,63)	---	(979.300,45)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	330.848,60	1.510,62	0,00	15.463,73	16.548,44	32.805,49	730.743,23
Período	Aquisições	---	2.958,87	402,49	---	---	---	---	3.361,36
	Alienações								
	Ativos classificados como detidos p/ venda								
	Depreciações do período	---	(56.418,89)	(476,91)	---	(8.146,14)	(4.669,84)	---	(69.711,78)
	Revalorizações								
	Outras alterações								
Fim do período	Valor bruto escriturado	333.566,35	925.898,17	88.525,04	83.964,34	92.595,58	156.050,07	32.805,49	1.713.405,04
	Amortização acumulada	---	(648.509,59)	(87.088,84)	(83.964,34)	(85.277,99)	(144.171,47)	---	(1.049.012,23)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	277.388,58	1.436,20	0,00	7.317,59	11.878,60	32.805,49	664.392,81

Tabela 2: Movimentos ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

Os ativos definidos como intangíveis, neste caso em concreto, dizem respeito ao projeto “+Centro” de certificação e eficiência energética e ao projeto de especialidades do edifício da Fundação Pires Negrão. A vida útil destes ativos é finita e a taxa de depreciação utilizada foi de 33,33%, estando atualmente os bens totalmente amortizados.

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização deve começar quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha recta.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas), no começo e no fim do período

Descrição		Goodwill	Projetos Desenvol.	Programas computador	Outros ativos intangíveis	TOTAL
Início do	Quantia bruta escriturada inicial				12.450,00	12.450,00
Período	Amortizações acumuladas iniciais				(12.450,00)	(12.450,00)
Período	Quantia líquida escriturada inicial				0,00	0,00
Período	Total da Adições: Outras aquisições					
	Total das diminuições: Amortizações					
Fim do período	Quantia bruta escriturada final				12.450,00	12.450,00
período	Amortizações acumuladas finais				(12.450,00)	(12.450,00)
	Quantia líquida escriturada final				0,00	0,00

Tabela 3: Movimentos ocorridos na rubrica Ativos Intangíveis

8. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A política contabilística aplicada aos custos dos empréstimos obtidos é o simples reconhecimento dos custos dos empréstimos obtidos como gastos do período.

Descrição	Valor Contratual do empréstimo (€)	Valores do Empréstimo		Custo dos empréstimos obtidos anuais suportados	
		Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)	Dos quais: Juros suportados (€)
Instituições de Crédito	115.000,00	115.000,00		14.574,81	10.344,41
Participantes de capital	9.000,00	9.000,00			
Outros financiadores					
TOTAL	124.000,00	124.000,00		14.574,81	10.344,41

Tabela 4: Empréstimos

9. INVENTÁRIOS

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de Inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	Mercadorias (€)	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€)	TOTAL (€)
1. Inventários Iniciais	---	---	---
2. Compras	---	48.563,85	48.563,85
3. Reclassificação e regularização de inventários	---	---	---
4. Inventários Finais	---	---	---
5. CMVMC (5 = 1+2-3-4)	---	48.563,85	48.563,85

Tabela 5: Cálculo CMVMC para 2019

10. RÉDITO

10.1 Divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o cliente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso das prestações de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2018	2019
Prestação de Serviços (Matrículas e Mensalidades)	88.378,82	86.289,95
- Creche	24.906,54	24.383,18
- Jardim-de-infância / Pré-Escolar	22.781,28	24.994,27
- ATL	6.562,50	7.080,00
- Outros	34.128,50	29.832,50
Juros obtidos de depósitos bancários	50,69	50,69

Tabela 6: Distribuição do valor do rédito por categoria

O rédito reconhecido respeita às mensalidades dos clientes, que variam de acordo com os serviços contratados e consoante a valência, e os rendimentos provenientes das aplicações financeiras.

11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

11.1 - Devem ser divulgados os assuntos seguintes acerca dos Subsídios:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios provenientes da Segurança Social e dos restantes organismos públicos são reconhecidos como subsídios à exploração no momento em que são recebidos, e são apresentados na demonstração dos resultados na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*.

Os subsídios provenientes do IEF, referentes às várias medidas de apoio à contratação, são reconhecidos pela totalidade, e especializados para cada exercício económico na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração* por contrapartida de uma subconta da classe 2. À medida que se vai recebendo, anula-se a subconta da classe 2 por contrapartida da conta específica do recebimento (caixa ou bancos). O rendimento proveniente deste tipo de subsídio aparece espelhado na Demonstração dos Resultados e os recebimentos no balanço do período em análise.

O rendimento dos subsídios ao investimento será imputado a cada exercício com base nas depreciações dos bens que integram o projeto financiado, numa base de proporcionalidade entre o total do investimento e o total do subsídio atribuído.

A globalidade do subsídio é reconhecida numa subconta da conta 59.3 – *Subsídios ao investimento* por contrapartida de uma subconta da classe 2 (que se salda à medida que se recebe) e à medida que se reconhece o rendimento na conta 78.8.3 – *Imputação de subsídio para investimento* salda-se igualmente a conta 59.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

Tipo Subsídio	Entidades / Valência	2018	2019
Exploração	Seg. Social – Creche	97.205,73	74.661,10
	Seg. Social – Jardim-de-infância – Pré-Escolar	34.175,63	22.002,14
	Seg. Social – ATL	54.396,00	55.224,84
	Educação e Formação – Contrato Patrocínio	571.950,00	566.632,00
	IEFP	12.388,41	1.022,94
Total Subsídios à Exploração		770.115,77	719.543,02
Investimento	Projecto +CENTRO nº 3926	11.559,24	11.559,24
Total Subsídios ao Investimento		11.559,24	11.559,24

Tabela 7: Subsídios

c) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Os subsídios ao investimento imputados ao período respeitam ao projeto “+Centro” no âmbito de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro (QREN).

d) Principais doadores / fontes de fundos

A principal fonte de fundo é a Segurança Social.

11.2 – Outros apoios:

Além dos montantes acima referidos, a FPN recebeu ainda donativos em numerário no valor de 400,00€ atribuído pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação está isenta de Imposto sobre o Rendimento nos termos do nº1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

13.1 Número médio de empregados durante o ano

No decurso do ano de 2019 a FPN contou com uma média de 47 funcionários, distribuídos da seguinte forma pelas valências:

- Jardim-de-infância – 5
- Creche – 6
- ATL – 4
- Contratos de Patrocínio – 32

13.2 Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

Os estatutos da FPN prevêm que a gerência da instituição seja exercida pelo conselho de administração e fiscalizada pelo conselho fiscal. O conselho de administração é composto por três membros: um presidente, um secretário e um tesoureiro, cabendo ao conselho de administração, de entre outras funções, designar os restantes membros. O conselho fiscal é igualmente composto por três elementos: um presidente e dois vogais, competindo-lhes fiscalizar a escrituração e documentação diversa e dar parecer sobre os demais. No período em análise não ocorreram quaisquer alterações aos membros que compõem os quadros directivos.

13.3 Informações sobre as remunerações dos órgãos directivos

Nenhum dos elementos que compõem o conselho administrativo e fiscal da FPN, sem exceção, recebem qualquer tipo de remuneração ou outra compensação, ou seja, contribuem de forma voluntária para que a instituição preste um serviço exemplar à comunidade do concelho de Cantanhede.

13.4 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com Pessoal” apresentava, no final de 2018 e 2019, a seguinte desagregação

GASTOS COM PESSOAL	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
63.1 Remunerações dos Órgãos Sociais	---	---
63.2 Remunerações do Pessoal	403.298,64	392.882,77
63.3 Benefícios pós-emprego	---	---
63.4 Indemnizações	---	---
63.5 Encargos sobre Remunerações	89.027,80	86.121,54
63.6 Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	2.785,72	2.616,32
63.7 Gastos de ação social	---	---
63.8 Outros gastos com o pessoal	2.243,26	1.973,26
TOTAL	497.355,42	483.593,89

Tabela 8: Gastos com pessoal

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação perante a Segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a ajudar na compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2019 a rubrica de “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

CLIENTES	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Clientes	7.936,53	14.343,17
Utentes	---	---
TOTAL	7.936,53	14.343,17

Tabela 9: Clientes

15.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, a 31 de Dezembro de 2018 e 2019, o seguinte detalhe:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Adiantamentos ao pessoal	---	---
Adiantamentos a Fornecedores	---	---
Devedores por acréscimo de rendimentos	---	---
...	---	---
Outros devedores	524.726,81	538.267,81
Perdas por imparidade	---	---
TOTAL	524.726,81	538.267,81

Tabela 10: Outras contas a receber

15.3 Diferimentos

A rubrica de “Diferimentos” apresentava, a 31 de Dezembro de 2018 e 2019, o seguinte detalhe:

DIFERIMENTOS	Saldo a 31-12-2018 (€)		Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Gastos a reconhecer	1.997,13	---	1.244,72	---
Seguros	1.997,13	---	1.244,72	---
Outros	---	---	---	---
...	---	---	---	---

Rendimentos a reconhecer	---	---	---	---
Outros	---	---	---	---
TOTAL	1.997,13	---	1.244,72	---

Tabela 11: Diferimentos

15.4 Fundos Patrimoniais

Na rubrica de “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

FUNDOS PATRIMONIAIS	Saldo a 31-12-2018 (€)	Aumentos (€)	Diminuições (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Fundos	90.826,49	---	---	90.826,49
Excedentes Técnicos	---	---	---	---
Reservas	---	---	---	---
Resultados Transitados	461.357,00	146.645,30		608.002,30
Excedentes de revalorização	---	---	---	---
Outras variações nos fundos patrimoniais	46.928,57	---	11.559,24	35.369,33
Resultado líquido do período	146.645,30	---	47.995,38	98.649,92
TOTAL	745.757,36	146.645,30	59.554,62	832.848,04

Tabela 12: Fundos Patrimoniais

15.5 Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2018 e 2019, o saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

FORNECEDORES	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Fornecedores c/c	102.820,24	97.206,16
Fornecedores títulos a pagar	---	---
Fornecedores com faturas em receção e conferências	---	---
...	---	---
TOTAL	102.820,24	97.206,16

Tabela 13: Fornecedores

15.6 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” está dividida da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	Saldo a 31-12-2018 (€)		Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Retenção na fonte	---	---	12,67	---
Retenção de imposto sobre rendimento	---	4.238,07	---	3.687,94
Trabalho Dependente	---	2.431,00	---	2.618,01
Rendimentos Profissionais	---	1.807,07	---	1.069,93

Sobretaxa IRS	---	---	---	---
IVA	6.144,04	---	1.577,78	---
Contribuições para Segurança Social	---	10.753,87	---	11.485,44
Outras tributações FCT e FGCT	---	---	---	210,64
TOTAL	6.144,04	14.991,94	1.590,45	15.384,02

Tabela 14: Estado e outros entes públicos

15.7 Outras contas a pagar

A rubrica de “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	Saldo a 31-12-2018 (€)		Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal	21.030,32	---	29.533,88	---
Remunerações a pagar	21.030,32	---	29.533,88	---
Cauções	---	---	---	---
Outras operações	---	---	---	---
Fornecedores de investimento	---	---	26.649,16	---
Credores por acréscimo de gastos	33.542,06	---	33.953,43	---
Outros credores	124.057,41	---	99.150,00	---
TOTAL	178.629,79	---	189.286,47	---

Tabela 15: Outras contas a pagar

15.8 Subsídios, doações e legados à exploração

OS “Subsídios, doações e legados à exploração” estão divulgados de forma mais exaustiva na nota 9.

15.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019 foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Subcontratos	---	---
Serviços especializados	57.436,85	60.302,58
Trabalhos especializados	3.905,58	3.690,93
Publicidade e propaganda	467,40	984,00
Vigilância e segurança	---	2,77
Honorários	44.234,42	45.453,67
Conservação e reparação	8.823,69	10.169,92
Outros	5,76	1,29

Materiais	1.722,21	1.751,17
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	26,45	513,41
Material de escritório	1.695,76	1.237,76
Energia e Flúidos	13.127,18	11.259,40
Eletricidade	4.745,34	4.148,53
Combustíveis	6.410,37	5.275,27
Água	1.971,47	1.835,60
Deslocações, estadas e transportes	208,29	263,88
Serviços diversos	17.040,43	15.449,59
Limpeza, higiene e conforto	4.193,80	3.976,10
Seguros	3.031,04	3.147,39
Comunicações	417,18	493,10
Contencioso e Notariado	4.714,08	5,40
Despesas de representação	142,88	684,40
Outros serviços	4.541,45	7.143,20
TOTAL	89.534,96	89.026,62

Tabela 16: Fornecimentos e serviços externos

15.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma, à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2019:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Rendimentos suplementares	---	---
Descontos de pronto pagamento	---	---
Recuperação de dívidas a receber	---	---
Ganhos em inventários	---	---
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	401,29	---
Outros rendimentos e ganhos	13.931,49	13.835,81
TOTAL	14.332,78	13.835,81

Tabela 17: Outros rendimentos e ganhos

15.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma, à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2019:

OUTROS GASTOS E PERDAS	Saldo a 31-12-2018 (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Impostos	5.259,17	7.402,28
Descontos de pronto pagamento concedidos	---	---
Dívidas incobráveis	---	---

Perdas em inventários	---	---
Gastos e perdas em investimentos financeiros	1,25	---
Outros gastos e perdas	1.980,77	9.021,47
TOTAL	7.241,19	16.423,75

Tabela 18: Outros Gastos e Perdas

15.12 Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos como gastos e rendimentos provenientes de juros e outros similares:

RESULTADOS FINANCEIROS	Saldo a 31-12-2018 (€)		Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Juros e gastos similares suportados	20.628,49	---	14.574,81	---
Juros suportados	14.725,92	---	10.344,41	---
Diferenças de câmbio desfavoráveis	---	---	---	---
Outros gastos e perdas de financiamento	5.902,57	---	4.230,40	---
...				
TOTAL	20.628,49	---	14.574,81	---
Juros e rendimentos similares obtidos	---	53,47	---	875,84
Juros obtidos	---	50,69	---	50,69
Dividendos obtidos	---	---	---	---
Outros rendimentos similares	---	2,78	---	825,15
...	---	---	---	---
TOTAL	---	53,47	---	875,84

Tabela 19: Resultados Financeiros

15.13 Acontecimentos após data do balanço

Não são reconhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à data da elaboração do presente documento, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Cantanhede, 31 de Março de 2020

O Contabilista Certificado

O Presidente do Conselho de Administração